



2017

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

O presente relatório foi elaborado nos termos do decreto-lei nº 54-A/92, de 22 de fevereiro, cumprindo o preceituado no nº 13 do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e retrata a execução orçamental e patrimonial, evidenciada nos Documentos de Prestação de Contas (DPC), relativos à Gerência do exercício financeiro do ano de 2017.

Dada a crise económica e financeira que se instalou em Portugal, com maior incidência entre o período de 2009 e 2013, com graves consequências para todos os agentes económicas e famílias, o Município do Seixal não ficou imune, tendo aprovado um Plano de Consolidação Orçamental, em 24 de maio de 2013.

Decorridos quatro anos da sua execução (2014, 2015, 2016 e 2017), verificamos que o Município do Seixal recuperou o seu normal equilíbrio financeiro, tendo ultrapassado os principais objetivos estabelecidos no PCO, com maior relevo para a sua capacidade de redução de dívida e em simultâneo proceder aos necessários e indispensáveis investimentos, sem recurso a crédito, para uma melhoria de condições de trabalho dos trabalhadores, das condições de vida de toda a população do Concelho do Seixal e disponibilizar a todos os visitantes o usufruto do bem-estar e prazer de visitar um Concelho que é referência Nacional.

O Município do Seixal, ao contrário do que estava previsto no PCO, nos últimos três anos, para além de não aumentar a taxa de IML, decidiu proceder à sua redução, com impacto direto na sua receita, mas com impactos favoráveis à população.

O Município do Seixal, no âmbito da salvaguarda dos seus interesses, e como consequência do trabalho que vem desenvolvendo, o qual não é alheio às instituições financeiras, tem vindo a demonstrar capacidade de negociação, cujo resultado foi a redução bastante significativa dos encargos a suportar no âmbito dos empréstimos do PCO, tendo renegociado por duas vezes os seus juros e encargos (2015 e 2016) alcançando poupanças estimadas em 9,5M€.

No final do exercício, a dívida total ascendia a 57.414.500€, registando uma diminuição de 11,4M€, significando menos 16,57% em relação à dívida existente em 2016.

Tendo como referência o exercício de 2012, o Município do Seixal alcançou uma redução de dívida, na ordem dos 47,4M€ (excluindo FAM e custos diferidos de rendas).

Outro dado importante, é o resultado líquido alcançado em 2017, o Município do Seixal apresenta um Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de 19.671.705€, o que configura pelo 8º ano consecutivo, exercícios onde os Proveitos superam os Custos, demonstrando uma consolidação crescente da situação económica e financeira da Câmara Municipal do Seixal.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM), justamente contestado pelas autarquias e pelo Município do Seixal.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de 650.000.000,00€, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, 325.000.000,00€.

No n.º 3 do supra mencionado artigo está prevista a fórmula de imputação do valor da contribuição global, de 325.000.000,00€, a cada Município.

A contribuição total do Município do Seixal, para o FAM é de 3.622.159,39€.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro.

Assim sendo, o Município do Seixal, no decorrer do exercício de 2017, realizou 517.451,00€, do capital subscrito. Sendo que o montante remanescente, ou seja 2.069.806,39€, está devidamente evidenciado nas demonstrações financeiras. No entanto, o Orçamento do Estado para 2017 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, esclarece que o montante subscrito no ano 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total.

Considerando o exposto, a contribuição do Município do Seixal, está devidamente evidenciada nas demonstrações financeiras, no entanto, na análise da evolução da dívida global esta contribuição é excluída.

Relativamente aos arrendamentos dos edifícios dos Serviços Centrais e Serviços Operacionais da Câmara Municipal do Seixal, e no âmbito das conclusões do Relatório de Auditoria Orientada ao Endividamento do Município do Seixal, apresentadas pelo Tribunal de Contas, foi deliberado em reunião de câmara de 02 de fevereiro de 2017, e remetido para conhecimento à Assembleia Municipal, em 09 de fevereiro de 2017, um parecer técnico elaborado pela Professora Doutora Ana Calado Pinto, onde ficou evidenciado que quanto ao sistema de normalização contabilística não existem certezas absolutas e quanto ao âmbito da sua aplicação, ficou estipulado solicitar à CNC – Comissão de Normalização Contabilística, para efeitos do enquadramento dos contratos de arrendamento dos Serviços Centrais e Operacionais, se se aplica a norma 4 – das concessões – ou norma 6 – das locações.

O Tribunal de Contas em relação aos contratos de arrendamento, procedeu à seguinte recomendação:

“...serem adotados procedimentos de contabilização que, futuramente, nos termos do SNC-AP □ Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, assegurem o adequado reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos ativos e dos passivos financeiros associados aos denominados contratos de arrendamento com opção de compra dos dois edifícios, de modo a tornar o relato financeiro conforme às normas contabilísticas aplicáveis, melhorar a sua fiabilidade, compreensibilidade e garantir a respetiva neutralidade □ ”

Considerando que o regime contabilístico, ao qual os Municípios estão vinculados, atualmente em vigor, continua a ser o POCAL, e que nos contratos de arrendamento dos serviços centrais e operacionais, constam direito de opção de compra, a ser exercido pelo Município do Seixal, em momentos pré-determinados.

Considerando um aprofundamento do conteúdo dos contratos, e reconhecendo que é necessário ter em consideração o relatório da auditoria do Tribunal de Contas, importa analisar um conjunto de condições dos contratos.

Considerando que a indicação do nosso ROC – Revisor Oficial de Contas, passa por refletir nas demonstrações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2017, o valor a suportar com as rendas até ao momento em que o Município pode exercer opção de compra, ou seja, não procedemos ao registo nas demonstrações financeiras de todo o valor a pagar até final do contrato, pelos motivos invocados no parecer técnico acima referenciado.

No entanto, não deixamos de registar o valor por pagar até ao momento em que podemos exercer a opção de compra. Este registo foi evidenciado nas presentes demonstrações financeiras, através do aumento de custos diferidos, correspondentes ao valor das rendas a pagar até ao período em que o Município pode exercer opção de compra, conforme estipulado nos contratos (SOCMS-Serviços Operacionais da Câmara Municipal do Seixal – Julho de 2019 e SCCMC-Serviços Centrais da Câmara Municipal do Seixal – Setembro de 2019).

No sentido de não distorcer a real dívida do Município, na análise financeira, é sempre tido em conta que se trata de um custo diferido e não de uma dívida.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Através da contabilidade orçamental, são evidenciados os registos da execução da receita e da despesa do Município, permitindo controlar a execução do orçamento corrente e de anos futuros.

Para a presente análise, foram considerados os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, tendo como ponto de partida o orçamento inicial, no valor global de 83,1M€, conforme quadro abaixo:

Designação	Receita	Despesa
Corrente	79.894.235	64.211.471
Capital	3.212.652	18.895.416
Total	83.106.887	83.106.887

No decurso de 2017, foram realizadas alterações ao orçamento por necessidades evidenciadas pelas diversas unidades orgânicas, sem qualquer impacto no valor global do orçamento e duas revisões ao orçamento que originaram um aumento do orçamento inicial, na ordem dos 22,3M€.

O aumento do orçamento resultou essencialmente dos ajustamentos das seguintes rubricas:

- Saldo da gerência anterior – Inclusão de 16,7M€
- Impostos Directos (IMT e Derrama) - 1,8M€
- Impostos Indirectos (Compensações Urbanísticas e TMDP) - 1M€
- Taxas, multas e outras penalidades (juros de mora e multas/penalidades) – 2,6M€
- Transferências de Capital (Protocolo) – 0,2M€

Após as modificações orçamentais, ocorridas durante o ano, o orçamento evidenciou os seguintes montantes:

Designação	Receita	Despesa
Corrente	85.309.188	73.957.829
Capital	3.413.652	31.474.261
Saldo Gerência	16.709.250	
Total	105.432.089	105.432.089

ANÁLISE DA RECEITA

Execução Orçamental da Receita

A receita total arrecadada, no decorrer do ano de 2017 situou-se em 109,3M€, revelando um grau de execução de 103,7%. No entanto, não considerando os 16,7M€ do Saldo da Gerência Anterior, teríamos um grau de execução na ordem dos 104,4%, valor de enorme relevo no que respeita ao rigor e cumprimento orçamental da receita do Município.

RECEITA ORÇADA, LIQUIDADADA E COBRADA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	LIQUIDADADA	COBRADA	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO
Impostos Directos	36.410.320	44.846.794	39.546.794	3.136.474	108,6%
Impostos Indirectos	8.207.730	30.709.870	8.662.662	454.932	105,5%
Taxas Multas e Outras Penalidades	4.319.391	3.451.494	3.356.840	-962.551	77,7%
Rendimentos de Propriedade	45.460	78.658	78.658	33.198	173,0%
Transferências Correntes	13.955.120	14.289.141	14.289.141	334.021	102,4%
Venda de Bens e Serviços Correntes	22.066.498	41.794.301	23.608.310	1.541.812	107,0%
Outras Receitas Correntes	304.669	536.168	498.723	194.054	163,7%
Receitas Correntes	85.309.188	135.706.427	90.041.128	4.731.940	105,5%
Venda de Bens de Investimento	6.440	0	0	-6.440	0,0%
Transferências de Capital	3.232.212	2.949.378	2.556.134	-676.078	79,1%
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0,0%
Outras Receitas de Capital	140.000	0	0	-140.000	0,0%
Receitas Capital	3.378.652	2.949.378	2.556.134	-822.518	75,7%
Reposições não abatidas nos pagamentos	35.000	12.196	12.196	-22.804	34,8%
SGA - Saldo da Gerência Anterior	16.709.250	16.709.250	16.709.250	0	100,0%
Total	105.432.089	155.377.251	109.318.709	3.909.423	103,7%
(-) Passivos Financeiros e SGA	-16.709.250	-16.709.250	-16.709.250	0	0,0%
Total	88.722.840	138.668.002	92.609.459	3.886.619	104,4%

O grau de execução da receita corrente foi de 105,5%, tendo como contribuição significativa a execução dos impostos directos (108%) e venda de bens e serviços correntes (107%), pois evidenciam um desvio positivo no montante de 3,1M€ e 1,5M€ respetivamente.

No que respeita aos valores cobrados, em relação à receita de capital, o grau de execução foi de 75,7%.

Estamos perante uma execução, aquém do previsto no orçamento de 2017, registando um desvio na ordem dos 822.518€.

EVOLUÇÃO DA RECEITA GLOBAL

No ano de 2017 a receita total arrecadada, registou uma diminuição de (-) 15,2%, cerca de (-) 19,6M€, face ao ano de 2016. No entanto, se excluirmos o valor dos passivos financeiros e do saldo da gerência anterior, a receita regista um aumento de 4,4%, ou seja, mais 3,9M€.

EVOLUÇÃO DA RECEITA GLOBAL COBRADA

DESIGNAÇÃO	2017		2016		VARIACÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	Δ %17/16
Impostos Directos	39.546.794	36,2%	37.502.080	29,1%	2.044.714	5,5%
Impostos Indirectos	8.662.662	7,9%	8.967.638	7,0%	-304.976	-3,4%
Taxas Multas e Outras Penalidades	3.356.840	3,1%	651.267	0,5%	2.705.573	415,4%
Rendimentos de Propriedade	78.658	0,1%	431.558	0,3%	-352.899	-81,8%
Transferências Correntes	14.289.141	13,1%	13.972.171	10,8%	316.970	2,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	23.608.310	21,6%	22.397.825	17,4%	1.210.485	5,4%
Outras Receitas Correntes	498.723	0,5%	497.614	0,4%	1.109	0,2%
Receitas Correntes	90.041.128	82,4%	84.420.153	65,5%	5.620.975	6,7%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	900.000	0,7%	-900.000	-100,0%
Transferências de Capital	2.556.134	2,3%	3.336.720	2,6%	-780.585	-23,4%
Passivos Financeiros	0	0,0%	31.296.162	24,3%	-31.296.162	-100,0%
Outras Receitas de Capital	0	0,0%	29.928	0,0%	-29.928	-100,0%
Receitas Capital	2.556.134	2,3%	35.562.809	27,6%	-33.006.675	-92,8%
Reposições não abatidas nos pagamentos	12.196	0,0%	12.570	0,0%	-374	-3,0%
SGA - Saldo da Gerência Anterior	16.709.250	15,3%	8.911.301	6,9%	7.797.948	87,5%
Total	109.318.709	100,0%	128.906.833	100,0%	-19.588.125	-15,2%

Por forma a permitir uma análise comparativa da receita arrecadada em 2017, com o exercício anterior, assim como o contributo de cada rubrica, na receita total, através do mapa seguinte, é possível evidenciar a real variação da receita cobrada, excluindo a receita proveniente de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS EXECUTADAS (EXCLUINDO PCO E SGA)

EVOLUÇÃO DA RECEITA GLOBAL COBRADA - EXCLUINDO PASSIVOS FINANCEIROS E SGA

DESIGNAÇÃO	2017		2016		VARIACÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Impostos Directos	39.546.794	42,7%	37.502.080	42,3%	2.044.714	5,5%
Impostos Indirectos	8.662.662	9,4%	8.967.638	10,1%	-304.976	-3,4%
Taxas Multas e Outras Penalidades	3.356.840	3,6%	651.267	0,7%	2.705.573	415,4%
Rendimentos de Propriedade	78.658	0,1%	431.558	0,5%	-352.899	-81,8%
Transferências Correntes	14.289.141	15,4%	13.972.171	15,8%	316.970	2,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	23.608.310	25,5%	22.397.825	25,3%	1.210.485	5,4%
Outras Receitas Correntes	498.723	0,5%	497.614	0,6%	1.109	0,2%
Receitas Correntes	90.041.128	97,2%	84.420.153	95,2%	5.620.975	6,7%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	900.000	1,0%	-900.000	-100,0%
Transferências de Capital	2.556.134	2,8%	3.336.720	3,8%	-780.585	-23,4%
Passivos Financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras Receitas de Capital	0	0,0%	29.928	0,0%	-29.928	-100,0%
Receitas Capital	2.556.134	2,8%	4.266.648	4,8%	-1.710.513	-40,1%
Reposições não abatidas nos pagamentos	12.196	0,0%	12.570	0,0%	-374	-3,0%
SGA - Saldo da Gerência Anterior	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	92.609.459	100,0%	88.699.370	100,0%	3.910.088	4,4%

Como se pode constatar, no decorrer do exercício de 2017, a receita cobrada, excluindo passivos financeiros e saldo da gerência anterior, registou um acréscimo de 4,4%, cerca de 3,9M€, comparativamente ao exercício anterior.

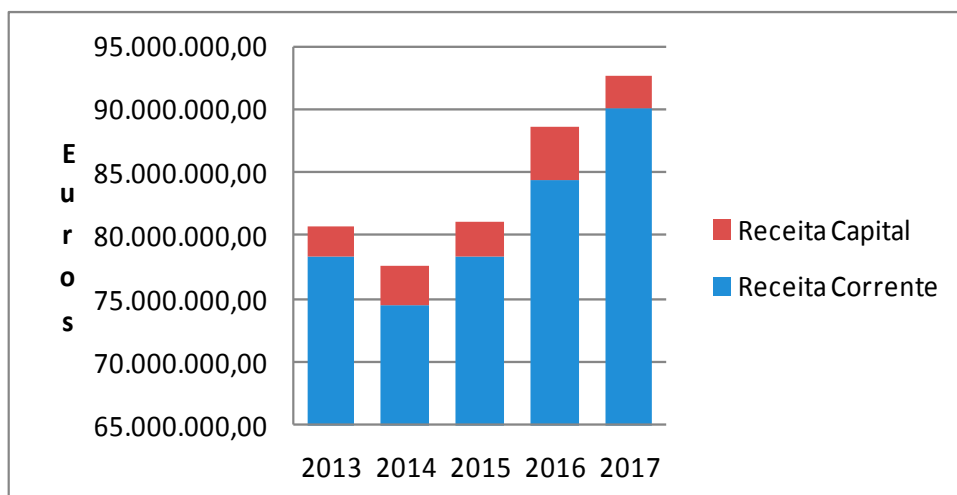
Para este acréscimo, foram importantes as receitas dos impostos directos, e da Venda de Bens e Serviços Correntes.

Os impostos directos continuam a ser as receitas com maior expressão na receita total, em 2017 representem 42,7%, embora se verifique um aumento deste tipo de receita, na ordem dos 2M€, relacionando o seu contributo na receita global, comparativamente ao exercício de 2016, revela uma variação de (+) 0,4%, comparativamente aos 42,3% registados em 2016.

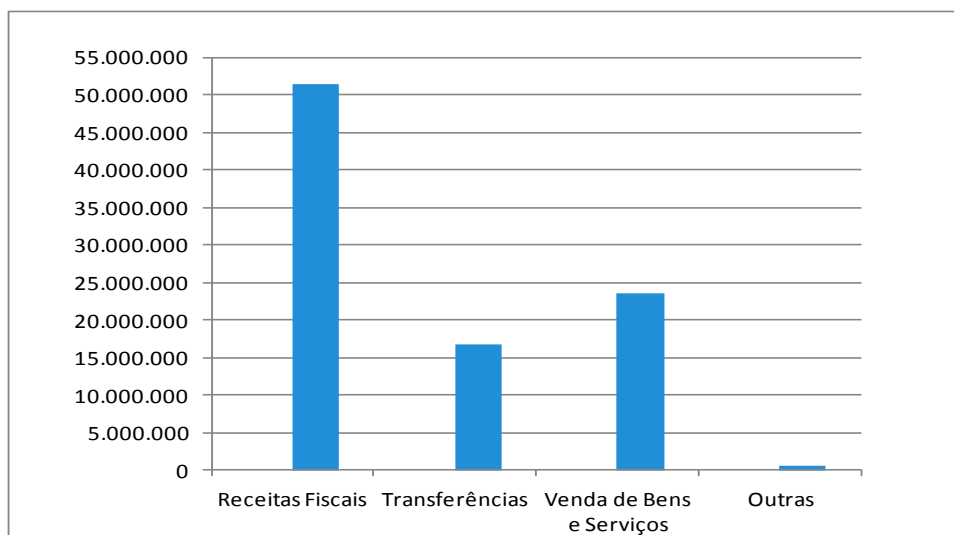
Relativamente às Taxas, multas e outras penalidades, registamos um acréscimo de 2,7M€, no entanto, este valor está directamente inflacionado por duas ocorrências de carácter extraordinário, nomeadamente, os juros de mora do IMI (1,387M€) respeitante ao período de 2004 a 2016 e de juros de mora de IMT (0,215M€), referente ao período de 2007 a 2015, bem como, a arrecadação, no montante de 1,3M€, inerente a taxas de justiça cobrados em processos tributários.

No que respeita às transferências de capital, estas revelam um défice na ordem de 1,7M€, comparativamente ao ano de 2016, no entanto, há que referir a verba arrecadada relativa à construção da escola EB/JI dos Redondos, em 2016, no montante de 1,2M€, pelo que, excluindo este valor, obtemos um desvio de apenas 0,5M€.

RECEITA CORRENTE VS RECEITA CAPITAL



DISTRIBUIÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS



No ano 2017, as receitas fiscais continuam a ser a principal fonte de receita do Município, mantendo o mesmo nível percentual, em relação à receita global, excluindo passivos e SGA.

EVOLUÇÃO DA RECEITA FISCAL

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita total, cerca de 47%.

DESIGNAÇÃO	2017				2016	
	ORÇADA	EXECUTADA	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO	EXECUTADA	VARIAÇÃO
Imposto Municipal s/Imóveis (IMI)	26.000.000	26.136.636	136.636	100,53%	26.771.110	-2,37%
Imposto Único de Circulação (IUC)	3.400.000	3.578.109	178.109	105,24%	3.304.356	8,28%
Imposto Municipal s/Transm.Onerosas s/ Imóveis	5.000.000	7.735.400	2.735.400	154,71%	6.129.445	26,20%
Derrama	2.000.000	2.076.876	76.876	103,84%	1.281.300	62,09%
Impostos Abolidos	320	0	-320	0,00%	0	0,00%
Outros Impostos	10.000	19.773	9.773	197,73%	15.869	24,60%
Impostos Directos	36.410.320	39.546.794	3.136.474	108,61%	37.502.080	5,45%
Loteamentos e Obras	6.044.300	6.046.010	1.710	100,03%	6.520.385	-7,28%
Ocupação da Via Pública	1.255.000	1.413.105	158.105	112,60%	1.390.358	1,64%
Publicidade	224.450	315.940	91.490	140,76%	330.272	-4,34%
Outros	683.980	887.607	203.627	129,77%	726.623	22,16%
Impostos Indirectos	8.207.730	8.662.662	454.932	105,54%	8.967.638	-3,40%
Taxas	1.117.698	43.052	-1.074.646	3,85%	0	0,00%
Juros de Mora	2.102.953	1.869.224	-233.729	88,89%	482.314	287,55%
Juros Compensatórios	25.000	13.858	-11.142	55,43%	20.047	-30,87%
Coimas e Penalidades por contra-ordenações	66.000	112.095	46.095	169,84%	133.355	-15,94%
Multas e Penalidades Diversas	1.007.740	1.318.611	310.871	130,85%	15.551	8379,52%
Taxas Multas e Outras Penalidades	4.319.391	3.356.840	-962.551	77,72%	651.267	415,43%
Total	48.937.441	51.566.295	2.628.855	105,37%	47.120.984	9,43%

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, com uma execução global acima do valor previsto em orçamento, ou seja, mais 3,1M€, com relevo no IMT, que regista uma superação em 54%.

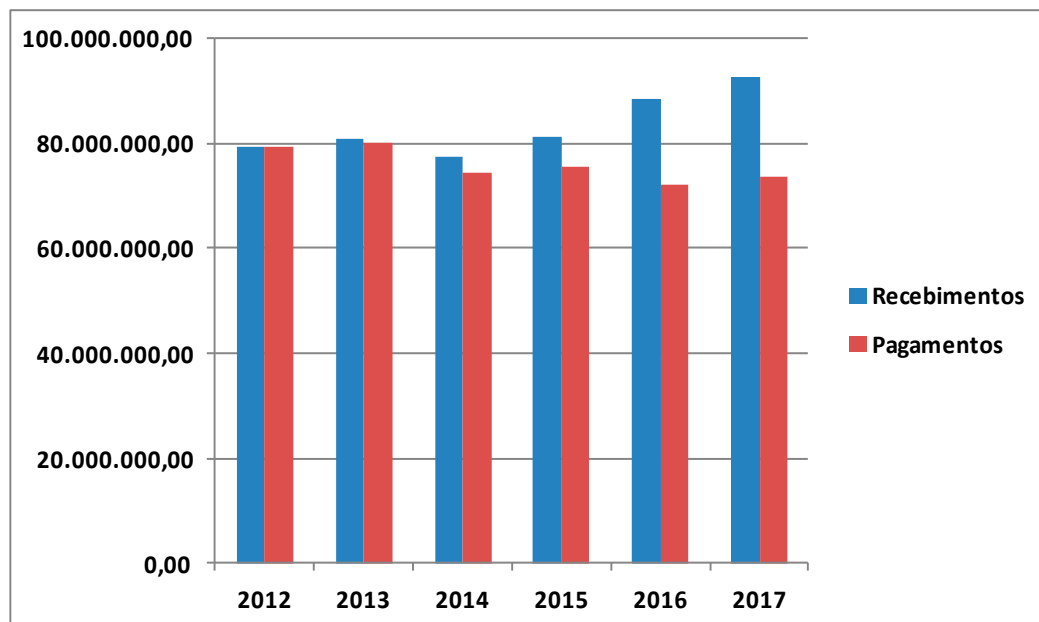
No seu conjunto evidenciaram um aumento de 4,4M€, comparativamente ao ano de 2016, ou seja mais 9,4%, sendo de realçar a variação negativa do IMI, na ordem dos 0,6M€.

No que respeita aos impostos indiretos, com uma execução, na ordem dos 105%, demonstraram uma diminuição de receita arrecadada, no montante de (-) 0,3M€, comparativamente ao exercício de 2016.

Em relação às taxas, multas e outras penalidades, o valor arrecadado corresponde a um grau de execução de apenas 77%, ainda assim, a receita registada nesta rubrica apresenta um comportamento positivo, comparativamente ao exercício anterior.

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS ORÇAMENTAIS

Excluindo Receita do PCO



Na análise à relação dos recebimentos e pagamentos, fica evidenciada a tendência positiva, dos recebimentos em relação aos pagamentos.

ANÁLISE DA DESPESA

Execução Orçamental da Despesa

A execução orçamental da despesa situou-se nos 85,9%, sendo a execução de despesas correntes na ordem dos 65,9M€ e as despesas de capital no valor de 24,5M€.

2017
DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	REALIZADA	PAGA	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO	DESPESA REALIZADA E NÃO PAGA
Despesas com Pessoal	34.325.703	33.352.056	32.949.520	-1.376.183	96,0%	402.536
Aquisição de Bens e Serviços	32.721.785	27.041.042	26.479.702	-6.242.083	80,9%	561.340
Juros e Outros Encargos	2.261.519	2.132.770	2.132.770	-128.749	94,3%	0
Transferências Correntes	4.283.165	4.130.535	4.122.940	-160.225	96,3%	7.595
Outras Despesas Correntes	365.657	298.357	298.357	-67.300	81,6%	0
Despesas Correntes	73.957.829	66.954.760	65.983.289	-7.974.540	89,2%	971.471
Aquisição de Bens de Capital	16.452.959	11.032.758	10.782.750	-5.670.210	65,5%	250.009
Transferências de Capital	4.630.911	3.399.510	3.397.510	-1.233.401	73,4%	2.000
Activos Financeiros	517.451	517.451	517.451	0	100,0%	0
Passivos Financeiros	6.452.054	6.451.938	6.451.938	-116	100,0%	0
Outras Despesas de Capital	3.420.886	3.417.169	3.417.169	-3.717	99,9%	0
Despesas de Capital	31.474.261	24.818.827	24.566.818	-6.907.443	78,1%	252.009
Total	105.432.089	91.773.587	90.550.107	-14.881.982	85,9%	1.223.480

O grau de execução orçamental das despesas correntes situou-se em 89,2%, sendo que, as despesas com pessoal, continuam a contribuir de forma significativa para esta percentagem.

Por sua vez, as despesas de capital evidenciam uma execução de 78,1%, representando as aquisições de bens de capital o maior contributo nesta tipologia de despesa.

Evolução da Despesa

No decorrer do ano de 2017, foram registados pagamentos no valor total de 90,5M€, representando mais 11,9%, em relação ao exercício anterior, ou seja, cerca de (+) 9,6M€.

Por sua vez, os valores comprometidos em 2017, na ordem dos 99,2M€, apresentam um aumento de 15%, relativamente ao ano de 2016 (excluindo PCO).

EVOLUÇÃO DA DESPESA GLOBAL COMPROMETIDA E PAGA

DESIGNAÇÃO	COMPROMETIDO EM 2017		COMPROMETIDO EM 2016		VARIAÇÃO	PAGO 2017		PAGO 2016		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	Δ % 17/16	VALOR	%	VALOR	%	Δ % 17/16
Despesas com Pessoal	33.553.650	34%	32.977.920	28%	1,7%	32.949.520	36%	32.434.828	29%	1,59%
Aquisição de Bens e Serviços	29.827.926	30%	25.475.962	22%	17,1%	26.479.702	29%	24.301.658	22%	8,96%
Juros e Outros Encargos	2.245.268	2%	2.040.786	2%	10,0%	2.132.770	2%	2.040.784	2%	4,51%
Transferências Correntes	4.143.221	4%	1.065.472	1%	288,9%	4.122.940	5%	996.695	1%	313,66%
Outras Despesas Correntes	325.350	0%	418.743	0%	-22,3%	298.357	0%	392.370	0%	-23,96%
Despesas Correntes	70.095.415	71%	61.978.882	53%	13,1%	65.983.289	73%	60.166.335	54%	9,67%
Aquisição de Bens de Capital	15.220.828	15%	7.690.089	7%	97,9%	10.782.750	12%	4.942.218	4%	118,18%
Transferências de Capital	3.537.195	4%	4.899.448	4%	-27,8%	3.397.510	4%	4.125.333	4%	-17,64%
Activos Financeiros	517.451	1%	517.451	0%	0,0%	517.451	1%	517.451	0%	0,00%
Passivos Financeiros	6.451.938	7%	37.730.107	32%	-82,9%	6.451.938	7%	37.730.107	34%	-82,90%
Outras Despesas de Capital	3.418.372	3%	4.726.092	4%	-27,7%	3.417.169	4%	4.717.161	4%	-27,56%
Despesas de Capital	29.145.784	29%	55.563.187	47%	-47,5%	24.566.818	27%	52.032.271	46%	-52,79%
Total	99.241.199	100%	117.542.069	100%	-15,6%	90.550.107	100%	112.198.606	100%	-19,29%
(-) Despesa PCO			-31.296.163					-31.296.163		
Total	99.241.199		86.245.906		15,1%	90.550.107		80.902.443		11,93%

As despesas correntes representam 73% do total dos pagamentos, isto é, mais 9% do que no ano de 2016.

De realçar o valor pago de transferência correntes, sendo estas caracterizadas por um aumento no apoio ao Movimento Associativo Municipal, representando um acréscimo de mais de 3M€ comparativamente ao ano de 2016.

Em relação às despesas de capital, estas possuem um peso de 27%, registando um aumento de 18%, comparativamente ao ano de 2016, considerando que excluindo o PCO, regista um montante de 20.736.108€.

INDICADORES ORÇAMENTAIS

Rácios	Exercícios							
	2014 (excluindo PCO)		2015		2016 (excluindo PCO)		2017	
<u>Despesas com Pessoal</u>	<u>32.811.886</u>	44,04%	<u>32.827.110</u>	43,40%	<u>32.434.828</u>	40,09%	<u>32.949.520</u>	36,39%
Despesas Totais	74.502.789		75.637.901		80.902.443		90.550.107	
<u>Despesas com Pessoal</u>	<u>32.811.886</u>	44,05%	<u>32.827.110</u>	41,92%	<u>32.434.828</u>	38,42%	<u>32.949.520</u>	36,59%
Receitas Correntes	74.477.900		78.300.060		84.420.153		90.041.128	
<u>Despesas Correntes</u>	<u>55.147.561</u>	74,05%	<u>55.319.291</u>	70,65%	<u>60.166.335</u>	71,27%	<u>65.983.289</u>	73,28%
Receitas Correntes	74.477.900		78.300.060		84.420.153		90.041.128	
<u>Despesas Capital</u>	<u>19.355.228</u>	53,02%	<u>20.318.610</u>	731,65%	<u>52.032.271</u>	1219,51%	<u>24.566.818</u>	961,09%
Receitas Capital	36.506.819		2.777.111		4.266.648		2.556.134	
<u>Investimentos</u>	<u>3.291.951</u>	4,18%	<u>1.803.810</u>	2,13%	<u>4.942.218</u>	5,06%	<u>10.782.750</u>	9,86%
Receitas Totais	78.693.768		84.547.094		97.610.672		109.318.709	
<u>Investimentos</u>	<u>3.291.951</u>	17,01%	<u>1.803.810</u>	8,88%	<u>4.942.218</u>	9,50%	<u>10.782.750</u>	43,89%
Despesas Capital	19.355.228		20.318.610		52.032.271		24.566.818	
<u>Investimentos</u>	<u>3.291.951</u>	4,42%	<u>1.803.810</u>	2,38%	<u>4.942.218</u>	6,11%	<u>10.782.750</u>	11,91%
Despesas Totais	74.502.789		75.637.901		80.902.443		90.550.107	

Regra do Equilíbrio Orçamental

Sem detrimento do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o qual determina que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

	DESIGNAÇÃO	VALOR
1	RECEITA CORRENTE BRUTA COBRADA	90.046.440
2	DESPEZA CORRENTE PAGA	65.983.289
3=1-2	SALDO CORRENTE	24.063.151
4	AMORTIZAÇÃO MÉDIA DOS EMPRÉSTIMOS A MLP	6.451.938
5=3-4	Excedente Anual	17.611.213

Para além do excelente desempenho financeiro do Município, evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda em 2017, o equilíbrio orçamental, com um excedente de 17,6M€.

Juntas de Freguesias

As transferências para as freguesias, no âmbito dos acordos de execução para a concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal do Seixal nas Juntas de freguesias e da delegação contratual de competências – contratos interadministrativos, tiveram a seguinte execução:

FREGUESIA	PAGAMENTOS
FREGUESIA DE AMORA	431.800
FREGUESIA DE CORROIOS	358.949
FREGUESIA DE FERNÃO FERRO	262.703
UNIAO DE FREGUESIAS DE SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	522.086
TOTAL PAGO	1.575.539

MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O montante relativo a todos os recebimentos e pagamentos efetuados no ano 2017, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o montante do saldo a transitar para a gerência seguinte.

RESUMO DA CONTA DE GERÊNCIA

DESIGNAÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TOTAL
Saldo Transitado de 2016	16.709.249,54	2.134.314,84	18.843.564,38
Receitas Arrecadadas	92.614.770,92	7.348.156,56	99.962.927,48
Despesas Pagas	90.550.106,95	8.134.901,91	98.685.008,86
Saldo a Transitar para 2018	18.773.913,51	1.347.569,49	20.121.483,00

Nota: neste mapa as Receitas Arrecadadas incluem reembolsos e restituições

Da análise dos movimentos financeiros ocorridos em 2017, verifica-se que o saldo a transitar para a gerência seguinte é de 20,1M€, o qual se decompõem em 18,8M€ de saldo de operações orçamentais e 1,3M€ de saldo de operações de tesouraria.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Análise do Balanço

O Balanço reflete a situação patrimonial da Autarquia, à data de encerramento do exercício, permitindo demonstrar a relação existente entre o Ativo (bens e direitos) e o Passivo e Capital Próprio (obrigações).

DESIGNAÇÃO	2017		2016		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Imobilizado	202.662.151	76,6%	170.547.830	75,0%	32.114.322	18,8%
Existências	511.633	0,2%	516.097	0,2%	-4.463	-0,9%
Dívidas de Terceiros-Curto Prazo	6.012.224	2,3%	6.080.163	2,7%	-67.939	-1,1%
Disponibilidades	20.121.483	7,6%	18.843.564	8,3%	1.277.919	6,8%
Acréscimos e Diferimentos	35.280.647	13,3%	31.431.553	13,8%	3.849.094	12,2%
Activo Líquido	264.588.139	100,0%	227.419.207	100,0%	37.168.932	16,3%
Património	104.536.457	56,9%	104.323.873	75,1%	212.584	0,2%
Ajustamentos em Partes de Capital	78.151	0,0%	78.151	0,1%	0	0,0%
Reservas	6.888.869	3,7%	6.066.390	4,4%	822.479	13,6%
Doações	64.839.623	35,3%	39.369.747	28,4%	25.469.875	64,7%
Regularizações	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Resultados Transitados	-12.242.254	-6,7%	-27.432.744	-19,8%	15.190.490	-55,4%
Resultados Líquido do Exercício	19.671.705	10,7%	16.449.571	11,8%	3.222.133	19,6%
Fundos Próprios	183.772.550	100,0%	138.854.989	100,0%	44.917.561	32,3%
Provisões para riscos e encargos	4.272.302	5,3%	5.998.717	6,8%	-1.726.414	-28,8%
Dívidas a Terceiros - mlp	53.022.079	65,6%	59.814.236	67,5%	-6.792.158	-11,4%
Dívidas a Terceiros-Curto Prazo	15.230.691	18,8%	15.029.414	17,0%	201.276	1,3%
Acréscimos e Diferimentos	8.290.517	10,3%	7.721.850	8,7%	568.667	7,4%
Passivo	80.815.588	100,0%	88.564.218	100,0%	-7.748.629	-8,7%
Total do Capital próprio e Passivo	264.588.139		227.419.207		37.168.932	16,3%

Na análise ao Balanço, constata-se um aumento do imobilizado, na ordem dos 18,8% que respeita essencialmente à reconciliação do registo das cedências ao Município do Seixal, provenientes de emissões de alvará de loteamento (26M€), aquisição de viaturas municipais, terrenos, equipamento informático e apetrechamento de escolas, imobilizações em curso (6M€).

O valor bruto das dívidas de terceiros corresponde ao montante de 48.096.722€, no entanto, de acordo com os critérios definidos no POCAL, encontram-se registadas provisões acumuladas para clientes de cobrança duvidosa, no montante de 42.084.498€, estando refletido no ativo líquido o montante de 6.012.224€.

Registe-se o aumento das disponibilidades, em relação ao exercício anterior, no montante de 1,2M€.

No que respeita às provisões para riscos e encargos, estas revelam uma diminuição da ordem dos 1,7M€.

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados evidencia os resultados das operações económicas do Município, relacionando custos e proveitos incorridos no exercício.

DESIGNAÇÃO	2017		2016		VARIÇÃO	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Custos e Perdas						
Custo Mercad. Vendidas e Mat. Consumidas	649.566	0,8%	498.219	0,7%	151.348	30,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	27.127.049	35,1%	25.149.327	33,6%	1.977.722	7,9%
Pessoal	31.543.677	40,8%	31.269.227	41,8%	274.450	0,9%
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos	4.142.927	5,4%	1.008.130	1,3%	3.134.797	311,0%
Amortizações do Exercício	2.787.763	3,6%	2.601.356	3,5%	186.407	7,2%
Provisões do Exercício	4.129.570	5,3%	7.084.656	9,5%	-2.955.086	-41,7%
Outros Custos e Perdas Operacionais	694.251	0,9%	655.181	0,9%	39.070	6,0%
Custos e Perdas Financeiras	1.968.596	2,5%	1.794.485	2,4%	174.111	9,7%
Custos e Perdas Extraordinárias	4.342.357	5,6%	4.681.241	6,3%	-338.885	-7,2%
Total	77.385.756	100,0%	74.741.822	100,0%	2.643.934	3,5%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	21.310.137	22,0%	20.636.132	22,6%	674.005	3,3%
Impostos e Taxas	48.600.489	50,1%	45.901.973	50,3%	2.698.516	5,9%
Variação da Produção	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	16.187.373	16,7%	15.949.513	17,5%	237.859	1,5%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.386.714	2,5%	2.878.105	3,2%	-491.391	-17,1%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8.572.749	8,8%	5.825.671	6,4%	2.747.078	47,2%
Total	97.057.461	100,0%	91.191.393	100,0%	5.866.068	6,4%
Resultado Líquido do Exercício	19.671.705		16.449.571		3.222.134	19,59%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2017, no montante de 77,4M€, apresentam no seu conjunto, uma variação positiva de 3,5%, relativamente ao exercício anterior.

Os custos com pessoal representam 40,8% dos custos totais do Município.

Em relação aos fornecimentos e serviços externos, estes demonstram um aumento de 7,9%, correspondente a mais 1,9M€, comparativamente ao exercício de 2016.

Os proveitos e ganhos, situaram-se nos 97M€, verificando-se um aumento de 6,4% em comparação com o exercício de 2016.

O resultado líquido do exercício, no montante de 19,6M€, evidencia um aumento de 19,6%, em relação ao resultado anterior.

Analisando os restantes resultados, é de destacar o resultado operacional, com um aumento de 0,8M€, comparativamente ao exercício anterior, de enaltecer a continuidade positiva dos resultados correntes e de assinalar o efeito menos positivo nos resultados financeiros.

RESUMO	2017	2016	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
RESULTADOS OPERACIONAIS	15.023.195	14.221.521	801.673	5,6%
RESULTADOS FINANCEIROS	418.118	1.083.620	-665.502	-61,4%
RESULTADOS CORRENTES	15.441.313	15.305.142	136.171	0,9%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.671.705	16.449.571	3.222.134	19,6%

RÁCIOS

RÁCIOS	2017			2016		
Liquidez Imediata						
Disponibilidades/Exigível a cp	20.121.483	15.230.691	1,321	18.843.564	15.029.414	1,254
Liquidez Geral						
Capital Circulante/Exigível a cp	26.645.341	15.230.691	1,749	25.439.824	15.029.414	1,693
Solvabilidade						
Fundos Próprios/Ativo	183.772.550	264.588.139	0,69	138.854.989	227.419.207	0,61

DIVIDA GLOBAL

EVOLUÇÃO DA DIVIDA GLOBAL - EXCLUINDO FAM E CUSTOS DIFERIDOS DE RENDAS

DÍVIDA FINANCEIRA	2012	VARIAÇÃO	2013	VARIAÇÃO	2014	VARIAÇÃO	2015	VARIAÇÃO	2016	VARIAÇÃO	2017
Empréstimos MLP	39.530.475	-5.121.655	34.408.820	-3.477.092	30.931.728	-3.527.847	27.403.881	-3.452.358	23.951.522	-3.485.603	20.465.919
Plano Consolidação	0	0	0	33.334.459	33.334.459	-1.912.630	31.421.829	-2.981.587	28.440.242	-2.966.335	25.473.907
SUB- TOTAL	39.530.475	-5.121.655	34.408.820	29.857.367	64.266.187	-5.440.477	58.825.710	-6.433.945	52.391.764	-6.451.938	45.939.826
DÍVIDA COMERCIAL	2012	VARIAÇÃO	2013	VARIAÇÃO	2014	VARIAÇÃO	2015	VARIAÇÃO	2016	VARIAÇÃO	2017
Fornecedores	59.729.062	-4.024.280	55.704.781	-32.733.506	22.971.275	-3.860.618	19.110.658	-4.330.170	14.780.487	-5.185.311	9.595.177
Fornecedores - Imobilizado	1.258.418	-120.000	1.138.417	-1.091.951	46.466	803	47.269	114.474	161.744	-64.956	96.787
Outros Credores	4.252.385	345.711	4.598.096	-1.942.461	2.655.634	-473.714	2.181.921	-702.211	1.479.709	303.001	1.782.710
SUB- TOTAL	65.239.864	-3.798.569	61.441.295	-35.767.919	25.673.376	-4.333.529	21.339.847	-4.917.907	16.421.940	-4.947.266	11.474.674
TOTAL	104.770.339	-8.920.224	95.850.114	-5.910.552	89.939.563	-9.774.006	80.165.557	-11.351.852	68.813.704	-11.399.205	57.414.500
REDUÇÃO ACUMULADA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 / 14 / 15 / 16 / 17											-47.355.839

No final do exercício a dívida total ascendia a 57,4M€, excluindo o montante de 2.069.806,39€, referente à obrigação legal de contribuição para o FAM, e 8.768.463,02€, correspondentes ao reconhecimento de custos diferidos, das rendas futuras, relativas ao período que decorre até ao momento em que o Município pode acionar a opção de compra, conforme estipulado no contrato.

Registando uma diminuição de 11,4M€, significando menos 16,6% em relação à dívida existente em 2016.

De salientar a antecipação do pagamento à Simarsul, no montante de 3,4M€, no âmbito do acordo celebrado com esta entidade, o qual só terminaria em 2018, bem como, o pagamento de 0,843M€ à ADSE cujo pagamento só venceria em 2018.

De realçar a diminuição acumulada da dívida, com referência ao exercício de 2012, em 47,4M€.

Serviço da Dívida

O serviço da dívida, no montante de 6,9M€, registado no corrente exercício, evidencia uma redução de 8%, comparativamente ao ano transato, sendo de realçar a diminuição da componente de juros.

SERVIÇO DA DÍVIDA MLP	2017	2016	VARIAÇÃO
Juros	532.413	1.158.914	-54,1%
Amortizações	6.451.938	6.433.945	0,3%
TOTAL	6.984.351	7.592.860	-8,0%

Limite da Dívida Total

O serviço da dívida, no montante de 6,9M€, regista uma diminuição de 0,6M€, comparativamente ao ano de 2016, sendo alcançada, essencialmente, pela redução dos juros a pagar.

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 52º, define que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

O quadro abaixo, evidencia a situação do Município em 31 de dezembro de 2017.

Limite	DividaTotal		Margem	Margem
	Início	Final	Absoluta	Utilizável
1	2	3	4 = 1-2	5 = 4* 20%
118.599.056	70.406.031	64.835.393	48.193.025	9.638.605

No início de 2017, o limite da dívida total ascendeu a 118,6M€, considerando a dívida total no início do ano, no montante de 70,4M€ que se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até 9,6M€.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais, excluindo o FAM e operações de tesouraria, reduziu cerca de 5,6M€.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, no montante de 19.671.704,86€ seja aplicado da seguinte forma:

- 983.585,24€ para Reservas Legais
- 18.688.119,62€ para Resultados Transitados

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas às demonstrações financeiras que abaixo se descrevem, visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras.

Caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município do Seixal consta dos documentos de prestação de contas.

Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Com a publicação do POCAL, - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais assistimos a uma profunda alteração dos procedimentos contabilísticos, pois de um sistema de contabilidade unicamente orientado para a óptica orçamental, passou a ser exigido um sistema de contabilidade orientado, também, para a ótica patrimonial, económica e de custos, ou seja, uma contabilidade pública que incorpora a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de taxas, tem sido objeto de uma constante melhoria, por forma a ser completamente implementada.

BALANÇO

Imobilizado

Com a adoção do POCAL, os Municípios iniciaram o processo de identificação e valorização dos seus ativos e passivos.

Em relação ao processo de inventariação de todo o imobilizado, registam-se evoluções significativas, no entanto, considerando que estamos perante um processo de extrema complexidade e de enorme volume, ainda não foi possível concluir toda a inventariação dos bens imóveis.

Assim sendo, o Património e o Balanço estão afetados negativamente, devido a não contemplarem, ainda, todos os bens por inventariar.

No quadro abaixo, podemos verificar a evolução do imobilizado líquido do Município, no exercício de 2017, comparativamente ao exercício de 2016.

Imobilizado	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	48.733.068	74.366.745	25.633.678	52,6%
Imobilizações Incopóreas	465.635	481.753	16.118	3,5%
Imobilizações Corpóreas	111.020.358	117.347.044	6.326.686	5,7%
Investimentos Financeiros	10.328.769	10.466.609	137.840	1,3%
Total	170.547.830	202.662.151	32.114.322	18,8%

Bens de Domínio Público

No âmbito das cedências ao Município do Seixal, provenientes de emissões de alvarás, foram registadas nas demonstrações financeiras as áreas a integrar no domínio público. Na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método estabelecido pela AT - Autoridade Tributária e Aduaneira, em conformidade com o Regulamento Municipal de Compensações, para o efeito foi solicitada a colaboração da Comissão Municipal de Avaliação do Património Fundiário.

Este ajustamento contempla o processo de conciliação, provenientes de emissões de alvarás, conforme quadro abaixo:

Alvará de Loteamento nº	DESIGNAÇÃO DAS CEDÊNCIAS PARA DOMÍNIO PÚBLICO	Nº Inv.	ÁREA (m2) (Constante no Alvará)	VALOR
12/1998	Arruamentos, Passeios e estacionamento	1591	33.394,00	160.291,20 □
	Espaço Verde - utilização colectiva	1592	79.650,00	7.646.400,00 □
	Equipamento	1593	79.650,00	17.663.184,00 □
Total			192.694,00	25.469.875,20 □

Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição.

No quadro abaixo, são identificadas as imobilizações em curso que transitaram para imobilizado firme.

Imobilizado	Valor
Reabilitação de Balneários no Pavilhão Desportivo da Escola Pedro Eanes Lobato	14.414
Reparação da cobertura da Piscina Municipal de Amora	25.119
Conservação e Recuperação varino "Amoroso"	25.820
Execução das Redes de Infraestruturas nos Morgados II	56.791
Aplicação relva sintética na EB Redondos	28.155
Reformulação e Adaptação do edifício da Casa do Educador	259.079
Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em Pinhal de Frades	92.983
Total	502.361

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros representam participações do Município em diversas entidades.

Nesta conta foram consideradas, também, as edificações urbanas e outras propriedades que não estão afetadas à atividade operacional do Município, mas que originam rendimentos, designadamente habitações para arrendamento, excepcionando-se as relativas a habitação social, e outras, conforme quadro abaixo.

Investimentos Financeiros	2016	2017
Amarsul	668.850	668.850
ADLVT	2.819.950	2.819.950
AEERPAS	499	499
Madan Park	100.000	100.000
FAM	3.622.159	3.622.159
Terrenos e edificios	2.771.460	2.783.080
Edifícios	345.850	472.071
TOTAL	10.328.769	10.466.609

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, aplicando-se as taxas fixadas no classificador CIBE, aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril.

Verificamos que as amortizações sofreram uma ligeira subida relativamente ao ano de 2016.

Designação	Montantes		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Bens do Dominio Público	318.617	340.266	21.649	6,8%
Imobilizações Incorpóreas	51.762	32.208	-19.554	-37,8%
Imobilizações Corpóreas	2.230.977	2.415.289	184.312	8,3%
Investimentos em Imóveis	4.904	6.564	1.660	33,8%
Total	2.606.260	2.794.327	188.066	7,2%

Existências

As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição, com suporte em documento de despesa.

Designação	Saldos		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Materiais Diversos	516.097	511.633	-4.463	-0,9%

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros, estão expressas pelos valores constantes nos documentos que as suportam. Sempre que ocorra uma dívida de clientes, contribuinte ou utente, cuja cobrança seja duvidosa, o montante em causa é transferido para a rubrica de clientes de cobrança duvidosa.

CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES C/C

Designação	Saldos		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Clientes c/c				
Venda de Bens e serviços correntes	8.052	1.517	-6.536	-81,16%
Sub-Total	8.052	1.517	-6.536	-81,16%
Contribuintes c/c				
Impostos Indiretos	496.672	1.285.763	789.092	158,88%
Sub-Total	496.672	1.285.763	789.092	158,88%
Utentes c/c				
Prestações de serviços	44.917	42.359	-2.559	-5,70%
Rendas	180.055	68.063	-111.992	-62,20%
Dívidas do ano	2.699.234	2.529.917	-169.316	-6,27%
Sub-Total	2.924.206	2.640.339	-283.867	-9,71%
Provisões				
Cobranças Duvidosas	42.329.122	42.084.498	-244.624	-0,58%
Sub-Total	42.329.122	42.084.498	-244.624	-0,58%
Total	45.758.052	46.012.117	254.065	0,56%

OUTROS DEVEDORES

Designação	Saldos		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Estado e outros entes públicos	2.539.323	2.043.108	-496.215	-19,5%
Devedores Diversos	111.909	41.498	-70.412	-62,9%
Devedores de Transferências p/ Autarquias Locais	0	0	0	0,0%
Cobrança p/ outras entidades	0	0	0	0,0%
Total	2.651.232	2.084.605	-566.627	-21,4%

Disponibilidades

As disponibilidades, representadas pelo saldo de caixa e depósitos bancários, traduzem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito em nome do Município.

Designação	2016	2017	Variação	
			Absoluta	%
Caixa	32.199	36.316	4.117	13%
Depósitos	18.811.366	20.085.167	1.273.802	7%
Total	18.843.564	20.121.483	1.277.919	6,8%

Os saldos das contas das diversas instituições financeiras estão decompostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras	Montante
Caixa Geral De Depósitos, Sa	
- Conta nº 003507590000007583065	3.823.813
Banco Comercial Português, Sa	
- Conta nº 003300000000954150305	244.603
- Conta nº 003300000002345382505	1.658.347
- Conta nº 003300000025004272105	786.636
- Conta nº 003300000025004165405	391.315
- Conta nº 003300000025004349705	367.366
- Conta nº 003300004538731617305	9.072
Banco Bpi, Sa	
- Conta nº 001000002292988010156	8.914.623
Novo Banco, Sa	
- Conta nº 000702630007690000396	2.517.391
Banco Santander Totta, Sa	
- Conta nº 001800032351582802038	31.343
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	
- Conta nº 004554524025826803213	1.312.559
Caixa Económica Montepio Geral	
- Conta nº 003602029910007833823	28.101
Total	20.085.167

Provisões

Têm como objetivo fazer face a riscos e encargos de natureza provável, mas que não correspondem a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes registados nas correspondentes rubricas do balanço.

As principais necessidades de registo de provisões estão relacionadas com as cobranças duvidosas, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso.

As provisões para cobranças duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam na situação de mora há mais de seis meses e cujo risco seja considerado de incobrabilidade.

De acordo com o estabelecido no POCAL, nomeadamente no ponto 2.7.1, as provisões são calculadas de acordo com a aplicação das seguintes percentagens, a saber:

- 50% para as dívidas em mora no período compreendido entre 6 e 12 meses;
- 100% para as dívidas em mora num período superior a 12 meses.

De salientar que as dívidas em mora têm sido objeto de análise por parte de todas as unidades orgânicas, nesse sentido foram implementados procedimentos adicionais por forma a permitir a sua recuperação.

Em relação ao exercício foram criadas as seguintes provisões:

Designação	Montantes		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Para cobranças duvidosas	4 137 017	1 982 821	-2 154 196	-52,07%
Processo judiciais em curso	1 087 428	796 699	-290 729	-26,74%
Outras provisões (*)	1 770 513	1 350 050	-420 463	-23,75%
Depreciação de existências	89 701	0	-89 701	-100,00%
Total	7 084 659	4 129 570	-2 955 089	-41,71%

(*) Rendas de espaço não utilizado nos SOCMS e Regularização de reporte do IVA de anos transatos

As provisões para obrigações, riscos e encargos derivados de processos judiciais em curso, são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões poderão ser reduzidas sempre que ocorra a redução ou cessão do risco em questão, ou seja efetuado o pagamento do encargo derivado do processo judicial.

Estas provisões consideram o valor das responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, que o Município prevê suportar.

Acréscimos e Diferimentos

O Município do Seixal regista os seus proveitos e custos em conformidade com o princípio da especialização do exercício, ou seja, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos, em cumprimento do princípio da especialização do exercício, com a concordância do ROC – Revisor Oficial de Contas, o Município do Seixal, vem dando continuidade ao reconhecimento do proveito do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, no exercício a que o mesmo corresponde.

Designação	Saldos		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Juros Mora IMI de 2004 a 2016	1.387.354	0	-1.387.354	0,0%
Juros IMT de 2007 a 2015	215.599	0	-215.599	0,0%
Estimativa IMI 2016	26.000.000	26.000.000	0	0,0%
Total	27.602.953	26.000.000	-1.602.953	-5,8%

Na rubrica de acréscimos de custos estão registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a ocorrer em exercício seguinte, como é exemplo a estimativa dos montantes relativos aos encargos com férias (mês e subsídios de férias) acrescidos dos respetivos encargos sociais, com consequência dos direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Designação	Saldos		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Remunerações a liquidar	3.663.377	3.753.674	90.297	2,5%
Seg. Social da entidade	81.745	0	-81.745	0,0%
Outros Acréscimos de Custos	35.883	113.792	77.909	217,1%
Total	3.781.005	3.867.465	86.460	2,3%

Na rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes incluem-se os subsídios e transferências para investimento que o Município recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na respetiva rubrica de proveitos e ganhos extraordinários, à medida que foram contabilizadas as amortizações do imobilizado a que correspondem.

Designação	Montantes		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Ecomuseu Municipal do Seixal - Moinho de Maré	617.779	608.669	-9.109	-1,5%
Rede Saneamento e Pavimentação Morgados - 3ª Fase	23.592	20.971	-2.621	-11,1%
Escola EB 2,3 Pedro Eanes Lobato	87.628	86.358	-1.270	-1,4%
Escola EB 2,3 Antonio Augusto Louro	5.793	5.709	-84	-1,4%
EB1/JI Quinta dos Franceses - Feder	769.156	758.678	-10.477	-1,4%
EB1/JI Nun'Álvares - Feder	387.275	382.045	-5.230	-1,4%
EB1 Quinta S. João	142.312	140.362	-1.949	-1,4%
Ampliação/Requalificação EB1/JI Pinhal de Frades	97.004	95.717	-1.287	-1,3%
Acç.Integr.Regener.Valoriz.Fr.Ribeirinha Sx.Arrent	451.707	381.394	-70.313	-15,6%
EB1/JI dos Redondos	1.236.494	1.220.842	-15.652	-1,3%
Req.Edifício Custódio Borja Casa Educador	80.449	79.443	-1.006	-1,3%
Antiga Fábrica Cortiça Mundet: Reabilitação Edifícios	41.657	41.053	-604	-1,5%
PEDU/PARU - Prioridade Investimento 6.5 Rev Cidades	0	246.042	246.042	0,0%
Núcleo Náutica de Recreio	0	6.182	6.182	0,0%
Fundo Ambiental - Veículos Eléctricos	0	24.205	24.205	0,0%
Trilhos de Interpretação ambiental M Seixal - Appé	0	34.692	34.692	0,0%
Exec. Prolongamento Interlocutor da Quinta do Damião	0	235.150	235.150	0,0%
Rede Infraestruturas Morgados II - Fernão Ferro - R. Liberdade, Júlio Dantas	0	55.539	55.539	0,0%
Total	3.940.846	4.423.052	482.206	12,2%

Na rubrica de custos diferidos constam os pagamentos efetuados em dezembro de 2017, referente a despesas de 2018, como são os casos de seguros e rendas mensais.

Neste exercício, por recomendação do Tribunal de Contas e de acordo com a nossa interpretação e sugestão do nosso ROC – Revisor Oficial de Contas, foi registado o reconhecimento de custos diferidos, das rendas futuras, relativas ao período que decorre até ao momento em que o Município pode acionar a opção de compra, conforme estipulado nos contratos de arrendamento.

Designação	Montantes		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Seguros de 2018	132.722	205	-132.518	-99,8%
Rendas de janeiro/2018	253.189	259.742	6.553	2,6%
Custos diferidos de rendas futuras	3.442.689	9.020.701	5.578.012	162,0%
Total	3.828.600	9.280.647	5.452.047	142,4%

Fundos Próprios

No final do exercício os Fundos Próprios encontram-se constituídos da seguinte forma:

Designação	Montantes		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Património	104.323.873	104.536.457	212.584	0,2%
Ajustamentos de partes de capital	78.151	78.151	0	0,0%
Reservas	45.436.138	71.728.491	26.292.354	57,9%
Resultados transitados	-27.432.744	-12.242.254	15.190.490	-55,4%
Resultado Líquido do exercício	16.449.571	19.671.705	3.222.134	19,6%
Total	138.854.989	183.772.550	44.917.561	32,3%

Passivo

Dividas a Terceiros – Médio e longo Prazo

Designação	Montantes		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Dívidas a Instituições de Crédito	45.947.311	39.454.921	-6.492.389,72	-14,13%
ADSE	8.880.980	8.240.137	-640.842,89	-7,22%
ADLVT	2.916.139	0	-2.916.139,34	0,00%
FAM	2.069.806	1.552.355	-517.451,00	-25,00%
Rendas SOCMS e SCCMS	0	3.774.665	3.774.665,00	0,00%
Total	59.814.236	53.022.079	-6.792.158	-11,36%
Total (Excluindo custo diferido de rendas)	59.814.236	49.247.414	-10.566.823	-17,67%

Dividas a Terceiros – Curto Prazo

Designação	Montantes		Variação	
	2016	2017	Absoluta	%
Dívidas a Instituições de Crédito	6.444.453	6.484.905	40.451	0,63%
Fornecedores c/c	1.649.812	1.332.779	-317.033	-19,22%
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	214.301	22.261	-192.040	-89,61%
Clientes e utentes c/ cauções	36.799	42.803	6.004	16,31%
Fornecedores de imobilizado c/c	161.744	96.787	-64.956	-40,16%
Estado e Outros entes públicos	1.858.788	882.869	-975.918	-52,50%
Outros Credores	4.663.518	6.368.287	1.704.769	36,56%
Fornecedores de imobilizado - Faturas conferência	0	0	0	0,00%
Total	15.029.414	15.230.691	201.276	1,34%
Total (Excluindo custo diferido de rendas)	11.586.725	10.236.893	-1.349.832	-11,65%

Custo diferido de rendas referente a 2018 = 4.993.798,02€

Demonstração de Resultados

Resultados Operacionais

No que se refere a este tipo de resultado de importância significativa, verifica-se que o mesmo mantém um elevado valor, demonstrando um acréscimo relativamente ao exercício anterior, o qual revela uma elevada capacidade do Município em concretizar as suas competências, através de uma eficiente gestão de recursos, conseguida essencialmente através do aumento dos proveitos.

Custos e Perdas	2016	2017	Proveitos e Ganhos	2016	2017
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			Vendas e prestações de serviços:		
Mercadorias	0	0	Vendas de mercadorias	0	0
Matérias	498.219	649.566	Vendas de produtos	8.315.148	9.568.949
Fornecimentos e serviços externos	25.149.327	27.127.049	Prestações de Serviços	12.320.983	11.741.188
Custos com o pessoal:			Impostos e Taxas	45.901.973	48.600.489
Remunerações	24.322.902	24.671.287	Variação da produção	0	0
Encargos Sociais	6.946.326	6.872.390	Trabalhos para a própria entidade	0	0
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.008.130	4.142.927	Proveitos suplementares	0	0
Amortizações do exercício	2.601.356	2.787.763	Transferências e subsídios obtidos	15.949.513	16.187.373
Provisões do exercício	7.084.656	4.129.570	Outros Proveitos e ganhos operacionais	0	0
Outros custos e perdas operacionais	655.181	694.251			
Resultado Operacional	14.221.521	15.023.195			
Total	82.487.618	86.097.999	Total	82.487.618	86.097.999

Resultados financeiros

Quanto aos resultados financeiros, estes apresentam um valor positivo, no entanto, quando comparado com o ano de 2016, registamos uma diminuição na ordem dos 0,7M€, sendo esta diferença caracterizada por uma diminuição nos proveitos e ganhos financeiros em cerca de 0,5M€ e num aumento de 0,2M€ nos custos e perdas financeiras.

Custos e Perdas	2016	2017	Proveitos e Ganhos	2016	2017
Custos e perdas financeiras	1.794.485	1.968.596	Proveitos e ganhos financeiros	2.878.105	2.386.714
Resultados Financeiros	1.083.620	418.118			
Total	2.878.105	2.386.714	Total	2.878.105	2.386.714

Resultados Extraordinários

No que se refere aos resultados extraordinários, registamos um aumento na ordem dos 3M€, sendo estes alcançados por via de um acréscimo dos proveitos e ganhos extraordinários.

Custos e Perdas	2016	2017	Proveitos e Ganhos	2016	2017
Custos e perdas extraordinários	4.681.241	4.342.357	Proveitos e ganhos extraordinários	5.825.671	8.572.749
Resultados Extraordinários	1.144.430	4.230.392			
Total	5.825.671	8.572.749	Total	5.825.671	8.572.749